

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Equipamento Odontológico para a Subsecretaria de Atenção Básica, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Atenção Básica.

1.3. **Fundamentação Legal:** A presente aquisição se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 1024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que poderá ser dispensada a Licitação, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

**2- DO QUANTITATIVO**

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO MATERIAL  | UNIDADE     | QUANT. |
|------|--|-------------|--------|
| 1    | <b>Amalgamador, Modo De Operação Digital, Tipo Capsular</b> , frequência 60, tensão alimentação bivolt, modelo batedor de cápsula, acabamento liso e arredondado, tempo de preparo de 0 30 SEG. Tipo movimento frequência movimento mínima 4000/elíptica, tamanho universal. 220 V ou bivolt. Garantia Mínima 12 meses | <b>Und.</b> | 1      |
| 2    | <b>Autoclave Horizontal De Mesa</b> Modo de operação digital, câmara de esterilização Aço inoxidável; Capacidade: 42 a 45 litros; Modo de operação: Digital; na cor branca. 220V/Bivolt. Garantia Mínima 12 meses  | <b>Und.</b> | 5      |
| 3    | <b>Biombo Plumbífero</b> - estrutura de alumínio; espessura mínimo de 02 MM; tipo curvo.   | <b>Und.</b> | 1      |
| 4    | <b>Bomba De Vácuo Até 2hp/Cv</b> - potência/vácuo: 0,5 a 1,2 HP/110 A 730 MMHG. Voltagem 220 V ou bivolt. Garantia de no mín. 12 meses.  | <b>Und.</b> | 1      |

|    |   |      |   |
|----|---|------|---|
| 5  | <b>Cadeira Odontológica Completa (Equipo/ Sugador/ Refletor)</b> Cabeceira: articulada; Comando da cadeira: pedal; Equipo: tipo Cart ou acoplado ; Cuba: porcelana/cerâmica; Terminais: mínimo de 03; Possui Seringa tríplice; Possui Caneta de rotação; Possui Contra ângulo; Unidade auxiliar: 1 sugador; Possui peça reta; Possui Micromotor; Refletor: Multifocal (Mais de uma intensidade) Voltagem 220V /Bivolt. Garantia Mínima 12 meses | Und. | 4 |
| 6  | <b>Compressor Odontológico</b> - isento de óleo, baixo nível, capacidade 30 a 39 litros, 120 libras, potência 1,0 a 1,5 HP, de 6 a 7 pés - 220 V ou Bivolt. Garantia Mínima 12 meses  | Und. | 2 |
| 7  | <b>Fotopolimerizador De Resinas</b> - tipo LED sem fio, e sem radiômetro. Alimentação 220 V ou bivolt. Garantia Mínima 12 meses   | Und. | 2 |
| 8  | <b>Jato De Bicabornato</b> - Não possui base metálica para estabilidade; caneta autoclavável; possui desumidificador; não possui filtro de ar com drenagem automática. Console com entrada de ar, água e reservatório de bicabornato. Garantia Mínima 12 meses  | Und. | 2 |
| 9  | <b>Mocho</b> - material estrutura aço carbono, pintura epóxi, tipo assento regulável, encosto regulável na inclinação, revestimento em PVC laminado sem costura, regulagem a gás, características adicionais base giratória, mínimo 5 rodízios, sem aros apoio.   | Und. | 2 |
| 10 | <b>Negatoscópio</b> - material de confecção aço inoxidável, de 1 (um) corpo, com dispositivo de fixação de filmes, superfície frontal em acrílico translúcido na cor branca, para fixação na parede, com interruptor .220 V.  | Und. | 1 |
| 11 | <b>Aparelho De Raio X Odontológico</b> - instalação coluna móvel; modo de operação digital; possui unidade de comando programável; faixa de tensão mínimo 7MA. Alimentação 220 V ou bivolt. Garantia Mínima 12 meses  | Und. | 2 |
| 12 | <b>Seladora</b> - aplicação grau cirúrgico; tipo manual/pedal ; controle de temperatura digital; temperatura entre 0 e 300°C - Voltagem 220V/Bivolt. Garantia Mínima 12 meses   | Und. | 1 |
| 13 | <b>Ultrassom Odontológico</b> - Possui jato de bicabornato integrado; modo de operação digital; possui caneta/transdutor do ultra-som autoclavável; Alimentação 220 V ou bivolt. Garantia Mínima 12 meses   | Und. | 2 |

2.2 . O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Termo de Compromisso nº. 330340171222125699, com recurso advindo de Transferência Voluntária Fundo a Fundo e de acordo com Propostas de Aquisição de Equipamento Permanentes de nº. 11399.442000/1170-01, 11399.442000/1150-04 e 11399.442000/1160-16 conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

### 3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de equipamentos odontológicos para a SAB justifica-se pela necessidade de dar continuidade aos serviços prestados nos postos de saúde, que atendem aos pacientes da região.

3.3. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da rede pública de saúde.

### 4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Contratada deverá atender a ordem de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

| ITEM                      | Tunney Kassuga<br>TC330340171222125699<br>P.A. 20737/18 | Tunney<br>Kassuga<br>emenda<br>1150-04<br>P.A.<br>3353/21 | Waldir<br>Costa<br>emenda<br>1150-04<br>P.A.<br>3353/21 | Waldir<br>Costa<br>emenda<br>1160-16<br>P.A.<br>5624/21 | Olaria I<br>emenda<br>1160-16<br>P.A.<br>5624/21 | Amparo<br>emenda<br>1170-01<br>P.A.<br>9152/18 | TOTAL |
|---------------------------|---|---|---|---|--|--|-------|
| 1 Amalgamador             | 1   |   |   |   |  |  | 1     |
| 2 Autoclave               | 1   |   |   | 2   | 1  | 1  | 5     |
| 3 Biombo Plumbífero       | 1   |   |   |   |  |  | 1     |
| 4 Bomba de Vácuo          | 1   |   |   |   |  |  | 1     |
| 5 Cadeira Odontológica    | 1   | 1   | 1   |   |  | 1  | 4     |
| 6 Compressor Odontológico | 1   |   |   |   |  | 1  | 2     |
| 7 Fotopolimerizador       | 1   |   |   |   |  | 1  | 2     |
| 8 Jato de Bicarbonato     | 1   |   |   |   |  | 1  | 2     |
| 9 Mocho                   | 1   |   |   |   |  | 1  | 2     |
| 10 Negatoscópio           | 1   |   |   |   |  |  | 1     |
| 11 Raio-X odontológico    | 1   |   |   |   |  | 1  | 2     |
| 12 Seladora               | 1   |   |   |   |  |  | 1     |
| 13 Ultrassom Odontológico | 1   |   |   |   |  | 1  | 2     |

4.2. Os itens destinados ao Posto de Saúde Tunney Kassuga deverá ser entregue e instalado na Rua Vicente Sobrinho, s/nº, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.3. Os itens destinados ao Posto de Saúde Waldir Costa, deverá ser entregue e instalado na Rua José Ernesto, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.4. Os itens destinados à Unidade de Saúde da Família Olaria I deverão ser entregues e instalados na Rua Xingú nº 2, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.5. Os itens destinados à USF de Amparo deverão ser entregues na Rua Rivail Gripp, 75 Amparo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

## 5- PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, no prazo não superior a 45 dias, após emitida Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada no horário e locais descritos no item 4 e seus subitens deste Termo de Referência.

5.3. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

5.4. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 48 horas, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que por ventura venham a ocorrer.

5.5. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável;

5.6. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

5.7. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.8. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

- 5.9.1. Manual de operação;
- 5.9.2. Manual de serviços;
- 5.9.3. Esquemas eletrônicos;
- 5.9.4. Procedimentos de calibração;
- 5.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;
- 5.9.6. Certificado de garantia;

## 6- CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos.

6.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

- 6.2.1. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.
- 6.2.2. Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos, hidráulicos, de gás, vapor ou ar comprimido) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.
- 6.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;
- 6.2.4. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.
- 6.2.5. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

6.2.6. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

6.2.7. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

6.2.8. Todos os documentos mencionados nos subitens 5.9.1 a 5.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

6.2.9. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

6.2.10. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção preventiva e corretiva do equipamento, durante a vigência da garantia.

6.2.11. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

6.2.12. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

6.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens são recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em funcionamento no local por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

7.2. Ao final deste período, a equipe técnica designada pela Contratante encaminhará relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

7.3. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 7.2 deste documento.

7.4. Aprovados os equipamentos, o responsável técnico da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

7.5. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 7.2.

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

## 8- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa, fonte de recurso e Programas de Trabalho abaixo descritos:

8.1.1. **Termo de Compromisso: nº. 330340171222125699 (P.A. 20737/2018)**

Elemento de Despesa – 44.90.52.02

Fonte de Recurso – 07 – SUS

Programa de Trabalho - Estratégia de Saúde da Família: 30001.1030100872.316

8.1.2. **Emenda: 11399.442000/1150-04 (P.A. 3353/2021)**

Elemento de Despesa – 44.90.52.02

Fonte de Recurso – 07 – SUS

Programa de Trabalho - Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.1030100872.316

8.1.3 **Emenda: 11399.442000/1160-16 (P.A. 5624/2021)**

Elemento de Despesa – 44.90.52.02

Fonte de Recurso – 07 – SUS

Programa de Trabalho - Subsecretaria da Atenção Básica: 30001.1030100872.316

Estratégia de Saúde da Família: 30001.1030100872.318

**8.1.4 Emenda: 11399.442000/1170-01 (P.A. 9152/2018)**

Elemento de Despesa – 44.90.52.02

Fonte de Recurso – 07 – SUS

Programa de Trabalho - Estratégia de Saúde da Família: 30001.1030100872.318

8.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

8.3. A contratada deverá emitir Notas Fiscais distintas para cada emenda parlamentar conforme especificado no item 4 do presente Termo de Referência.

**9- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**

9.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

9.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios durante a vigência da garantia obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

9.3. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

**10- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

10.1. As Condições de Participação serão efetuadas na forma descrita no Edital correlato, independentemente de sua transcrição.

**11 – DA LIQUIDAÇÃO**



11.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

## 12 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 12.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 12.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 12.1.3. FGTS;
- 12.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;
- 12.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa
- 12.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

12.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

12.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12.4. A contratada deverá emitir Notas Fiscais distintas para cada emenda parlamentar conforme especificado no item 4 do presente Termo de Referência.

## 13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

- 13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;
- 13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega, o transporte, a descarga e a instalação dos bens em perfeitas condições, todos 220V ou Bivolt (automático), no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 12.1.1 a 12.1.6;

14.3. Todo material, ferramentas e mão de obra utilizados para instalação dos itens são de inteira responsabilidade da Contratada.

14.4. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante, dentro do prazo de 12 meses no mínimo.

14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

14.9. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.10. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado.

14.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.12. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.13. A Contratada, se necessário, deverá oferecer treinamento para a utilização do equipamento, no momento da entrega ou com prazo não superior a 05 dias úteis, sem custos à Contratante.

## 15 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 16 - DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 17 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 18 - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

| Emenda               | Processo   | Fiscais  |
|----------------------|------------|--|
| 330340171222125699   | 20737/2018 | Patricia Soares Carvalho – Matrícula 299.080 – Fiscal Titular<br>Karla Herdy Almeida – Matrícula 299.089 – Fiscal Substituto |
| 11399.442000/1160-16 | 5624/2021  | Patricia Soares Carvalho – Matrícula 299.080 – Fiscal Titular<br>Karla Herdy Almeida – Matrícula 299.089 – Fiscal Substituto |
| 11399.442000/1150-04 | 3353/2021  | Patricia Soares Carvalho – Matrícula 299.080 – Fiscal Titular<br>Karla Herdy Almeida – Matrícula 299.089 – Fiscal Substituto |
| 11399.442000/1170-01 | 9152/2018  | Karla Herdy Almeida – Mat. 299089 – Fiscal<br>Mariza Dias Siqueira– Mat. 299362 Fiscal Substituto                            |

18.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## 19 - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## 20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. Não mantiver a proposta;

20.1.6. Cometer fraude fiscal;

20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

20.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

20.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

20.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

20.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

20.3.9. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 21- DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

21.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 22- DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Waleska Ornellas  
Secretaria de Saúde  
Matrícula: 107.052

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária de Saúde  
Matrícula: 106.137